

Estudos da Língua(gem)

A língua, pela enunciação, na escola

The language, by enunciation, at school

Claudia TOLDO*

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO – UPF/BRASIL

Marlete Sandra DIEDRICH*

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO – UPF/BRASIL

RESUMO

Este artigo discute o ensino de língua portuguesa na escola, sublinhando o trabalho de texto em sala de aula e de como o sentido se constrói em cada sintagma organizado, possibilitando a arquitetura do nível semântico de um texto. Assim, no quadro da enunciação, registramos algumas posturas que devem ser adotadas para o estudo do texto em situação de sala de aula. O emprego das formas da língua aponta para uma construção, possível, do sentido de um texto.

*Sobre as autoras ver página 131.

PALAVRAS-CHAVE: Enunciação. Texto. Sentido. Ensino de língua.

ABSTRACT

This article discusses the teaching of Portuguese language at school, underlining the work with texts in the classroom. Besides that, we examine how the meaning is built in each organized phrase, allowing the architecture of the semantic level of a text. Thus, in the context of enunciation, we bring out some propositions that should be adopted to the study of the text in the classroom situation. The use of language forms points to a possible text meaning construction.

KEY-WORDS: *Enunciation. Text. Meaning. Language Teaching.*

1 Palavras iniciais

Este artigo, produzido com base nos estudos da enunciação, traz o texto como unidade de reflexão. O texto tem sido objeto de estudo de diferentes teorias linguísticas, principalmente o foi na Linguística do Texto; no entanto, tem sido menos comum encontrar análises do texto ancoradas nas teorias da enunciação. Isso não significa que não se tenha na linguística brasileira reflexão sobre o texto que utilize, ao menos parcialmente, as teorias da enunciação nas suas análises. Porém, essa utilização se dá, em sua maioria, a partir da seleção de conceitos específicos sem levar em conta o conjunto da teoria da qual esses conceitos fazem parte, visando principalmente a um ensino pautado no uso da língua expressa em textos.

Estas reflexões que trazemos têm nos ocupado e nos provocado. Pensar o estudo do texto na escola é, no mínimo, desafiador e instigante, na medida em que, hoje, praticamente todo professor de português fala em texto e usa textos, de diferentes gêneros, em suas aulas. Mas o que temos observado é que isso não tem trazido uma melhora significativa nem na leitura, nem na escrita dos estudantes que estão nas nossas salas de aula da educação básica. Isso se comprova de diversas maneiras: Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), resultados de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), notas de redações dos vestibulares que ainda ocorrem no país.

Considerado esse contexto, neste trabalho apresentamos considerações que se inserem na linha teórica relativa aos estudos da linguagem, especialmente a teoria enunciativa de Émile Benveniste. Nosso pano de fundo é a significativa necessidade de entender melhor como explicar e descrever o uso, o funcionamento e a organização da língua em dada situação discursiva e como fazê-lo em circunstâncias de ensino de língua portuguesa.

Cabe adiantar que entendemos *uso, funcionamento e organização da língua em dada situação discursiva* com sentido específico, que poderia ser adequadamente parafraseada pela palavra *texto*, uma vez que nossa compreensão de texto se coaduna com a ideia do uso linguístico em determinada instância de discurso o que, segundo entendemos, está de acordo com a teoria enunciativa de Benveniste.

Sabemos que não há como analisar qualquer fato da língua sem considerar o funcionamento do texto/discurso até porque as pessoas usam a língua para produzir sentido. A vivência da língua mobilizada no discurso constitui a experiência do homem na linguagem, uma vez que, desde suas primeiras manifestações vocais na infância, o homem vive, via discurso, a experiência da significação. Nessa experiência, o signo, unidade semiótica, é reconhecido como significante na relação que a criança vive com o outro. Mas somente no engendramento do discurso é que ela entra no mundo da “língua como produtora de mensagens” (BENVENISTE, 2006, p. 65), e esse mundo necessita ser compreendido e não apenas reconhecido. Assim, acreditamos que a experiência do homem na linguagem se caracteriza pelo deslocamento que constitui a língua-discurso e que permite a ele, desde seus primeiros anos de vida, instaurar-se como sujeito do seu dizer. Em sua experiência de aquisição da linguagem, o locutor percebe, segundo Benveniste (1966), a diversidade infinita dos conteúdos transmitidos em contraste com o número restrito de elementos empregados. Dessa forma, realiza-se o mover do homem na linguagem: pelo discurso, no exercício da linguagem em todas as situações, reconhece o signo sob a espécie de “palavra”: “o signo é a unidade mínima da frase susceptível de ser

reconhecida como idêntica num meio diferente, ou de ser substituída por uma unidade diferente num meio idêntico” (BENVENISTE, 1976, p. 140).

Nesse particular, podemos pensar que nem a língua em si mesma nem a palavra isolada nos dão sua dimensão semântica. Isso só é possível no texto/discurso. Assim, a construção do sentido das palavras dá-se a partir da organização (textual) das unidades linguísticas – disponíveis na língua – colocadas em relação e em funcionamento no texto/discurso, ou seja, é o próprio sistema de regras da língua posto em funcionamento.

Mesmo que Benveniste não reflita diretamente a respeito da noção de texto ao longo de seus *Problemas de lingüística geral* – ao menos não como isso é feito nos parâmetros atuais da lingüística –, acreditamos que é possível inferir de seus trabalhos uma noção sintonizada com essa ideia de *uso e organização em dada situação*. É em Benveniste que nos inspiramos para propor o percurso adiante.

Primeiramente, trazemos à tona, como forma de justificar a pertinência do que adiante será proposto, algumas constatações do que se tem visto (pela nossa prática docente na educação básica e superior) nas escolas quanto ao ensino de língua portuguesa. Em seguida, pontuamos alguns elementos de abordagem enunciativa: a lingüística da enunciação, segundo Émile Benveniste. Nossa reflexão, nesse ponto, estará bastante circunscrita ao texto de 1970, *O aparelho formal da enunciação*,¹ espécie de síntese da teoria lingüística da enunciação de Benveniste.

Nosso intuito, enfim, é provocar uma reflexão e daí uma discussão sobre a colaboração que os estudos enunciativos, principalmente os aqui destacados, podem trazer aos estudos sobre ensino de língua, enquanto condição, como diz Benveniste, de um homem tornar-se sujeito pelo seu dizer.

2 A disciplina Língua Portuguesa na escola

Entendemos, a partir de princípios enunciativos de Benveniste, em especial aqueles apresentados no texto *Semiologia da língua* (2006), que a língua é o interpretante de todos os demais sistemas e, portanto, a criança, ao aprender sua língua, aprende *o mundo do homem*, experiência

¹ Este texto está incluído em Benveniste (2006).

que se mantém por toda a vida, manifestada a cada ato enunciativo. Essa experiência é, para nós, a experiência da significação. Por essa razão, acreditamos ser imprescindível que também na escola a significação seja a questão central de todo trabalho de ensino e de aprendizagem de língua.

Salientamos que as práticas que vêm sendo desenvolvidas, na maioria das aulas de português das escolas de educação básica, ainda não demonstram o devido cuidado com o trabalho de análise do texto que considera o ensino de ler e escrever como pontos de partida e de chegada para o ensino de língua portuguesa na escola. Observamos que o estudo da língua continua desvinculado da vida do homem e da vida em sociedade. Como dizem os Parâmetros Curriculares da Língua Portuguesa (PCNs) (1997, p. 36), “as pessoas aprendem a [] ler quando, de alguma forma, a qualidade de suas vidas melhora com a leitura”. Percebemos que o trabalho de texto que tem sido feito em muitas salas de aula, muitas vezes, nem ensina português, nem melhora a vida daqueles estudantes. Dentre tantos aspectos que poderíamos destacar, recortamos, para este momento, o trabalho com o texto nas aulas de português – este que deve(ria) ser a unidade básica de ensino da língua, conforme dizem os PCNs.

Estudos já mostraram que as atividades de uma aula de língua materna/portuguesa voltadas para a descrição do funcionamento da língua, de forma isolada, não contribuem para o desenvolvimento das habilidades de uso da língua, o que só ocorre na vivência de situações enunciativas, pois é por meio dessa vivência que o homem, desde criança, ocupa seu espaço de dizer e faz a passagem de locutor a sujeito, apropriando-se da língua de forma singular. Por essa razão, temos consciência de que o exercício pelo exercício não leva a nada. Não é através de atividades de catalogação de entidades, de classificação de palavras e de reconhecimento de suas funções na frase que alguém será capaz de usar a língua de forma eficiente e crítica nas diversas situações discursivas.

Para nós, não há dúvida de que a ineficiência de muitas práticas escolares e o mau desempenho dos estudantes da educação básica estão intimamente relacionados ao trabalho desenvolvido no interior

da sala de aula. Os alunos, durante praticamente uma década, estudam definições, verbalizam regras, fazem classificações, fixam estruturas afastadas da língua em uso, ou seja, desenvolvem atividades *sobre* a língua. Priorizam o *código*, a forma, como se a língua fosse autônoma, imutável e exterior ao falante. Fundamentados nos padrões rígidos da gramática tradicional, muitos professores se sustentam apenas nos paradigmas da modalidade escrita, defendendo que a aprendizagem se dá por meio de exercícios – e o que é mais grave, exercícios artificiais e distantes de situações comunicativas. Não é através de atividades de catalogação de entidades, de classificação de palavras e de reconhecimento de suas funções na frase que o aluno será capaz de usar a língua de forma eficiente e crítica nas diversas situações de uso – na escola e fora dela. A questão se revela mais grave ainda quando falamos de ensino de língua para crianças, as quais, certamente, vivenciam a língua em uso, em situações de discurso, no seu dia a dia, estabelecendo a interpretância da língua em relação a todos os demais sistemas culturais que caracterizam sua vida em sociedade; no entanto, na escola, não conseguem, muitas vezes, resgatar a significação da língua, a qual lhe é apresentada deslocada do uso e de sua função social. Justamente por isso, desde os primeiros anos da vida escolar da criança, a língua que lhe é apresentada vai se artificializando, como uma entidade vazia de sentido, presente nas lições do livro didático, mas sem relação alguma com a realidade social e cultural que constitui a vida do homem.

Nesse contexto, a função do professor de língua portuguesa vai muito além de um simples *dar conteúdos gramaticais*. Partimos do princípio de que nossos alunos, tendo como suporte as aulas de língua portuguesa, devem ser capazes de melhorar seu desempenho linguístico, ou seja, desenvolver sua competência comunicativa. Desse modo, não há como tratar do ensino de língua materna sem fazer menção à língua como processo de interação verbal. Para que esse processo se realize, concorrem vários fatores, tais como a situação comunicativa e a própria organização e estrutura do discurso. Isso significa que os aspectos pragmáticos, semânticos e sintáticos não podem ser analisados de

forma autônoma. Em relação a esse aspecto, vale a pena ressaltar que não se justifica, por exemplo, o professor trabalhar a morfossintaxe em frases isoladas (frases *ideais*, distantes do uso e da realidade linguística). Não há como analisar qualquer fato da língua sem considerar seu funcionamento. Acerca do funcionamento da língua, sabemos que até mesmo as crianças, desde suas primeiras manifestações verbais, já dominam as possibilidades de engendramento da língua no discurso, uma vez que mobilizam estruturas verbais para evocar sentidos sempre renovados em suas enunciações. Tal fato mostra que o funcionamento da língua é apreendido na vivência de atos enunciativos, no aqui- agora de cada enunciação e não pela exposição repetitiva a exercícios estruturalistas, nem pela memorização de metalinguagem. A língua se dá a conhecer no seio da vida em sociedade, nos valores culturais que cada emprego de unidades agrega ao discurso.

Cabe lembrarmos que é através da língua que construímos a cultura, construímos mundos, criamos e (re)criamos realidades e tornamos nossas posições conhecidas. Assim, a língua tem de estar à disposição do homem, a serviço do homem. É a linguagem em uso, ou seja, o discurso, que possibilita conhecermos o homem que vive e atua em sociedade. Benveniste (1976, p.17) afirma: “[...] a linguagem é um fato humano; é, no homem, o ponto de interação da vida mental e da vida cultural e ao mesmo tempo o instrumento dessa interação”. Assim, não basta saber o que significa cada uma das unidades da língua que compõe um enunciado, mas é preciso perceber que relações essas unidades do sistema linguístico mantêm com outras unidades em dada situação de uso. Acreditamos que essas questões de olhar a língua em uso, ou seja, ver a língua numa perspectiva enunciativa, devem ser aprofundadas, a fim de que esses estudos possam auxiliar na compreensão do ensino da língua portuguesa. Por isso defendemos que o ensino de língua portuguesa deve ultrapassar o nível da palavra e da frase e ter no texto o eixo principal do trabalho escolar. Nesse sentido, as ações desenvolvidas na escola devem priorizar atividades de uso da língua: atividades de produção oral, produção escrita, leitura

e compreensão oral e escrita. Afinal, a escola não pode estar afastada da vida. Na vida, usamos textos o tempo todo – para expressar o que queremos, o que sentimos. É através de textos que argumentamos, duvidamos, nos rebelamos, manifestamos nosso apreço, nosso desdém, enfim, que vivemos a experiência intersubjetiva a que se referiu Benveniste (1976, p. 229): “impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens”.

Embora saibamos que concepções linguísticas atuais circulem entre os professores de língua portuguesa e reconheçamos que tem aumentado o número de professores desejosos de mudanças nesse ensino, ainda assim o trabalho com a gramática continua se dando da forma mais tradicional, com práticas que desestimulam as relações entre o falante e a língua. Permanece, ainda, arraigada a ideia de que o domínio de determinadas estruturas ditadas pela gramática garantirá o *uso correto* da língua. Por conta disso, os professores supõem que o aluno será capaz de transferir automaticamente os conhecimentos obtidos *sobre* a língua para o seu uso efetivo e esquecem (ou não sabem) que a melhoria da competência comunicativa só ocorrerá ao contemplarmos a língua em uso.

Esse diagnóstico da realidade na escola aponta para a falta de outra concepção de língua/linguagem e a constatação de uma carência teórica dos educadores acerca dos estudos linguísticos. O trabalho realizado no ensino de língua portuguesa não tem levado em conta que o uso da língua revela – no/pelo texto – aquele que a usa. Logo, estão implicados nesse processo conceitos como língua, sujeito e enunciação.

A seguir, apresentamos considerações que julgamos pertinentes para o trabalho com o texto numa aula de língua portuguesa (anos iniciais), tomando por base o estudo de Émile Benveniste.

3 Uma abordagem enunciativa

Benveniste, em *O aparelho formal da enunciação*, considera que a enunciação é o ato de colocar a língua em uso, através de um ato

individual de apropriação. O autor alerta para que tenhamos cuidado em não associar, de modo simplista, a enunciação à fala. A enunciação é o ato de produzir o enunciado e não simplesmente a fala. “Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta” (BENVENISTE, 2006, p. 82). A enunciação é um processo de apropriação: é o locutor quem se apropria do *aparelho formal da língua* e se enuncia. Quando o locutor, através de um ato individual de apropriação da língua, enuncia, ele *implanta o outro diante de si*, pois toda enunciação supõe alguém que fala para outro alguém.

O importante para esta reflexão é ressaltar que, nos estudos de Benveniste, a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso, o que a torna única, isto é, não pode ser repetida. Benveniste alerta-nos de que a condição específica para a enunciação é o *ato* de produzir o enunciado e não o texto do enunciado. Este pode ser repetido, aquele não, por isso dizemos que *a enunciação é irrepetível*.

Conforme Benveniste, a enunciação é responsável por promover certos signos à existência. É a enunciação que se torna responsável por algumas classes de signos, é ela que dá existência a uma série de palavras que só fazem sentido no discurso.

Essas considerações que fazemos acerca da enunciação estão presentes, como dissemos acima, em *O aparelho formal de enunciação*, último texto publicado pelo autor sobre o tema e visto por muitos (ONO, 2007) como uma síntese do programa teórico de Benveniste. Porém, desde seus primeiros estudos, Benveniste destaca a importância do caráter social da língua. Em *Saussure após meio século*, o autor já anuncia sua posição acerca da importância da língua na sociedade, afirmando que “Não é a língua que se dilui na sociedade, é a sociedade que começa como língua” (BENVENISTE, 1976, p. 47).

Benveniste lembra, em *O aparelho formal da enunciação*, três aspectos da enunciação: a) a realização vocal da língua; b) os mecanismos desta produção, ou seja, a conversão da língua em discurso, observando como o sentido se traduz em palavras; c) o quadro formal da realização da enunciação.

Para esta reflexão, o terceiro aspecto parece ter importância maior, não só por integrar os demais, mas, principalmente, porque pode nos

ajudar a determinar critérios para descrever a língua em uso empregada em textos escritos. Para Benveniste, o quadro formal da enunciação evidencia três elementos: o *ato* de enunciação, a *situação* em que a enunciação se realiza e os *instrumentos* de sua realização.

Quanto ao *ato*, podemos dizer que é através dele que o locutor passa a ser elemento indispensável à enunciação, pois é ele [o locutor] quem realiza o ato individual de utilização da língua. Antes disso, “a língua não é senão possibilidade da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 83). Quando o locutor se apropria da língua e se enuncia, concretiza esse *ato* de enunciação e a língua é efetuada em uma instância de discurso, instaurando o locutor (que produz o ato da enunciação) e o alocutário (que produzirá outra enunciação). Essa apropriação da língua pelo locutor instaura o *tu*, refere pelo discurso e faz do locutor um colocutor. Isso traz um segundo elemento do quadro formal de enunciação: a *situação*. Benveniste (2006), quando fala de situação, traz presente o conceito de referência. Ele diz:

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação (BENVENISTE, 2006, p. 83).

Portanto, o conceito de referência deve ser examinado, uma vez que é através da referência que se pode perceber do que o texto trata e traz subsídios para que se observe a organização – pelos instrumentos – do texto.

A *situação* de enunciação vai se manifestar por um *jogo de formas específicas*. São elas: a) índices de pessoa (*eu/tu*); b) índices de ostensão (função dêitica da língua); c) índices de tempo. A forma axial, ou seja, o eixo orientador da *situação* de enunciação é o presente que coincide com o momento da enunciação. É dele que nasce a categoria de tempo. É na

situação que temos o *eu* que se enuncia a um *tu*, num dado *tempo* e num dado *lugar*. Essas são as formas específicas da enunciação que num jogo muito particular e singular propiciam a enunciação que se renova a cada produção do discurso.

O terceiro elemento que compõe o quadro formal da enunciação são os *instrumentos*. Benveniste afirma que a enunciação – enquanto uma realização individual - é antes de tudo um processo de apropriação. Isso significa afirmar que “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (BENVENISTE, 2006, p. 84). Isso é o que julgamos pertinente e necessário de se ver: a apresentação dos índices específicos e os procedimentos acessórios. Benveniste (2006, p. 84) lista os específicos, os quais têm como função “colocar o locutor em relação constante e necessária como sua enunciação”. E os acessórios? Esses são construídos a cada enunciação e devem ser analisados a partir dessas situações específicas. Esses são um aparelho de funções, ou seja, são todos os elementos disponíveis na língua de que se serve o locutor para dizer algo a seu alocutário. Interrogações, ordens, apelos, chamamentos, asserções, negativas são alguns dos modos que o locutor usa para “intimar” seu alocutário, estabelecendo dessa maneira uma relação discursiva com seu parceiro.

Podemos pensar os *instrumentos* como todos os recursos linguísticos que estão à disposição na língua, para a relação interlocutiva entre um *eu* e um *tu* e para a realização de um *ato* de enunciação, numa dada *situação* de tempo e espaço. Esse movimento gerado de um *eu* (fonte do dizer) para um *tu* (fim do dizer) caracteriza o quadro figurativo da enunciação. Temos aqui a estrutura do *diálogo*² dada pela enunciação, a qual aponta para realidades que colocam em evidência o sujeito e o trabalho de significação posto no discurso, o qual só é possível em função da percepção do outro, capaz de revestir as formas enunciadas de sentidos específicos, a partir dos elementos culturais que marcam a relação *eu-tu*. Segundo Benveniste (2006, p. 21), “a apropriação da linguagem pelo homem é a apropriação

² De questões relativas aos limites do diálogo, pontuados por Benveniste neste texto de 1970, não trataremos neste trabalho.

da linguagem pelo conjunto de dados que se considera que ela traduz”. Nesse ato-processo, a mobilização da língua na *emissão* e na *percepção* do discurso cumpre sua função mediadora de integração da sociedade e de adequação ao mundo, o que faz com que a língua cumpra seu papel de interpretante de toda a sociedade, inclusive, dela mesma. Acreditamos que é essa função mediadora da língua no discurso que a escola precisa resgatar e trabalhar nas aulas de língua, pois não podemos conceber o conceito de *língua* desvinculado do conceito de *cultura*.

4 Considerações finais

Essas reflexões nos parecem responder, muito sumariamente neste momento, mas possíveis de serem ampliadas, às seguintes questões: Se ao produzir um texto, o locutor realiza um ato, o que precisamos ver/ler no texto, para construir e explicar o sentido deste texto em determinada situação enunciativa? Ou então: Por que recorrer aos estudos enunciativos em especial aos de vertente benvenistiana para a análise do texto? E ainda: Por que a teoria de Benveniste apresenta possibilidades que não são comuns às análises textuais que se vê por aí? Como ver esse ato na fala das crianças?

Sublinhamos que essas considerações trazem uma possível descrição do emprego da língua que, a serviço do homem, possibilita que ele se marque como sujeito em seus dizeres. Para nós, isso significa dizer que ensinar língua portuguesa na escola, em especial trabalhar o texto, é mostrar aos alunos como o sentido se constrói em cada sintagma organizado, ou seja, é mostrar como o nível semiótico (formas da língua) possibilita a arquitetura do nível semântico de um texto. Assim, nesse quadro figurativo da enunciação, registramos alguns critérios que devem ser adotados para o estudo do texto, uma vez que o emprego das formas da língua aponta para uma construção de sentido possível de um texto. Essa construção é marcada pelo simbólico da linguagem, por meio do qual a cultura deixa seus traços impressos na língua, da qual cada homem se apropria para *viver* suas experiências de significação com outros via discurso. Por isso, a interpretação do sentido se dá sempre no

seio de uma cultura, a partir dos traços reveladores de valores impressos na língua, os quais podemos resgatar a partir da leitura de textos. Essa prática revela o semantismo social a que Benveniste se referiu (2006) e que entendemos como resultado das relações entre sistema interpretante, a língua, e sistema interpretado, a cultura e seus esquemas sociais. São essas relações que constituem a experiência na linguagem.

Nessa experiência, não há dúvida de que a língua que falamos possui usos variados. Nesses usos há duas características comuns: a primeira é que a realidade do uso da língua permanece inconsciente, a menos que se faça um estudo puramente linguístico; a segunda é que toda a operação de pensamento que realizamos recebe expressão na língua. Surge daí a crença de que pensar e falar são duas ações distintas que se associam pela necessidade prática da comunicação, mas que têm cada uma suas especificidades; a língua representa os recursos de que se subsidia o pensamento para expressar-se. Essa constatação nos leva às duas propriedades inerentes à língua propostas por Benveniste (2006): a propriedade de ser formada por unidades significantes e a propriedade de poder arranjar esses signos de maneira significativa. Ou seja, “Nada pode ser compreendido que não tenha sido reduzido à língua.” (BENVENISTE, 2006, p. 99).

A língua, enquanto sistema, quando falada, isto é, empregada para expressar o que queremos dizer, transforma-se em linguagem. A língua caracteriza-se como “uma grande estrutura, portadora de estruturas menores e de muitos níveis, que dá sua forma ao conteúdo de pensamento” (1976, p. 69). O conteúdo recebe forma ao ser transformado de pensamento em linguagem, ou seja, ao ser enunciado. Assim, a forma linguística é não apenas a condição para a transformação do pensamento em conteúdo, mas, principalmente, a condição de realização do pensamento, já que é praticamente impossível, pelo menos até hoje, afirmar que o pensamento exista sem a língua. O pensamento se materializa na língua.

Assim procuramos evidenciar que a língua é o instrumento de que se utiliza o locutor para se enunciar e produzir o discurso. Tal discurso,

ou a enunciação, é caracterizado como um momento único, *sui-referencial*, do qual participam dois protagonistas (eu/tu) que se alternam durante a enunciação. Portanto, ensinar língua portuguesa na escola é oferecer aos estudantes a possibilidade de aprender a usar a língua, conhecendo seu funcionamento, para que ele – o estudante e usuário da língua – se constitua como sujeito *na e pela* linguagem.

Dessa forma, o aprendizado de uma língua se atualiza, se reinventa no decorrer da história de enunciações do locutor, já que todos estão, permanentemente, modificando suas relações com a língua, questão corroborada por Benveniste (2006, p. 18) quando afirma que “todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida”. Justamente por isso o sujeito da linguagem é sempre um ser inacabado, sua história será a história de suas enunciações, a qual está sempre por se fazer, dentro de tudo aquilo que ainda não se disse, mas se tem a possibilidade de dizer, na virtualidade da língua que tem existência na realidade de discurso. É papel da escola, portanto, resgatar essa história de enunciações de cada aprendente, a partir da singularidade de cada ato enunciativo, o que envolve um investimento do professor em práticas de ensino significativas, capazes de propiciar a vivência de relações intersubjetivas em situações concretas de comunicação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola, 2010.

ANTUNES, Irandé . **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola, 2007.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. Edição Original : 1966.

BENVENISTE, Émile . **Problemas de Linguística Geral II**. Revisão Técnica da Tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 2006. Edição Original : 1969.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília : Ministério da Educação e do Desporto. 1997.

FLORES, V. et al. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

FLORES, V.; TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

NORMAND, Claudine; ARRIVÉ, Michel (Dir.). Emile Benveniste vingt ans après. Paris: CRL-Université. **LINX**. Numéro spécial. p. 195-209, 1977.

ONO, Aya. **La notion d'énonciation chez Émile Benveniste**. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

Recebido em março de 2015.

Aceito em maio de 2015.

SOBRE OS AUTORES

Claudia Toldo: Prof^a Dr. de Língua Portuguesa e Linguística do Curso de Letras da Universidade de Passo Fundo (UPF), RS. Atua no Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Letras da mesma Universidade. Bolsista Produtividade CNPq.
E-mail: claudiast@upf.br

Marlete Sandra Diedrich: Prof^a Mestre de Linguística e de Estágio Supervisionado do Curso de Letras da Universidade de Passo Fundo (UPF), RS.
E-mail: marlete@upf.br